

MIGRAÇÕES FRONTEIRIÇAS E A INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA

BORDER MIGRATION AND ITS INFLUENCE ON ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE AMAZON

Tarciana Moreira Alexandrino¹
Fabiana Oliveira Barroso²
Mônica Nazaré Picanço Dias³

Recebido em: 23/10/2023
Aceito em: 30/04/2024

tacianaalexandrino@gmail.com
fabianabarrosadv@gmail.com
monicapdias@hotmail.com

Resumo: Na pós-modernidade, os processos migratórios têm sido constantemente debatidos na academia, assim como, e em outras áreas de comunicação em massa, tendo em vista os reflexos sociais, econômicos, culturais e jurídicos que causam nos países envolvidos. E, ao se discutir a migração em território amazônico, é imprescindível trazer a importância dos deslocamentos humanos para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, o presente artigo busca responder o seguinte questionamento que medeia o processo migratório tem influenciado no desenvolvimento econômico na Amazônia? Como objetivo geral o trabalho busca discutir as relações migratórias no contexto regional amazônico, destacando os deslocamentos populacionais como influencia no desenvolvimento econômico na região. E, como objetivos específicos buscou-se: a) compreender o espaço amazônico como uma região de fronteira que propicia o deslocamento populacional; b) avaliar a importância do transnacionalismo e da globalização na região; e por fim, c) entender a relevância do processo migratório para o desenvolvimento econômico na região. metodologicamente, utilizou-se o método dedutivo de pesquisa, sendo realizado levantamento teórico bibliográfico através de literatura acerca dos postulados que tratam da migração, do desenvolvimento econômico e transnacionalismo no território amazônico.

Palavras-chave: Amazônia; Desenvolvimento econômico; Globalização; Processos migratórios; Transnacionalismo.

Abstract: In post-modern times, migratory processes have been constantly debated in academia, as well as in other areas of mass communication, in view of the social, economic, cultural and legal repercussions they cause in the countries involved. And when discussing migration in the Amazon, it is essential to bring up the importance of human displacement for the development of the region. In this sense, this article seeks to answer the following question: to what extent has the migration process influenced economic development in the Amazon? As a general objective, the work seeks to discuss migratory relations in the regional context of the Amazon, highlighting population displacement as an influence on economic development in the region. The specific objectives were: a) to understand the Amazonian space as a border region that encourages population displacement; b) to assess the importance of transnationalism and globalization in the region; and finally, c) to understand the relevance of the migratory process for economic development in the region. Methodologically, the deductive research method was used, with a theoretical bibliographic survey being carried out using literature on the postulates that deal with migration, economic development and transnationalism in the Amazonian territory.

Keywords: Amazonia; Economic development; Globalization; Migratory processes;

¹ Universidade Federal do Amazonas

² Universidade Federal do Amazonas

³ Universidade Federal do Amazonas

Transnationalism.

1. INTRODUÇÃO

Os deslocamentos populacionais têm se tornado objeto de discussão em diversas áreas de estudo, tanto pelo seu caráter humanitário, quanto social, político, econômico e global. A migração tem influenciado diretamente no desenvolvimento dos países de origem, quanto nos países de chegada, estes últimos, dizem sentir um maior impacto ao ter que receberem a demanda migratória em seus territórios.

Diante desse entendimento, pode-se afirmar que, a economia dos Estados nacionais receptores, nem sempre tem uma resposta positiva aos anseios das populações migrantes, que, não raras vezes, acabam retornando para os Estados de origem, podendo-se perceber que, a globalização e o transnacionalismo são fatores cruciais para esses constantes deslocamentos.

A região amazônica, tanto pela sua extensão territorial, quanto pelas riquezas que oferece, nos últimos tempos tem sido uma região de refúgio para muitos migrantes, que buscam no local alcançar melhores condições para si, e para suas famílias. Nesse sentido, o presente artigo trará o território amazônico como ferramenta de estudo para se compreender os deslocamentos populacionais que acontecem na região, e sua relevância para o desenvolvimento econômico amazônico.

Assim, a problemática a ser discutida tem como discussão a seguinte questão: Em que medida o processo migratório tem influenciado no desenvolvimento econômico na Amazônia?

Como objetivo geral o trabalho busca aprofundar sobre as relações migratórias no contexto regional amazônico, trazendo destaque para os deslocamentos populacionais como influência no desenvolvimento econômico na região. E, como objetivos específicos buscou-se compreender o espaço amazônico como uma região de fronteira que propicia o deslocamento populacional; assim como, avaliar a importância do transnacionalismo e da globalização na região; e por fim, procurou-se entender a relevância do processo migratório para o desenvolvimento econômico na região.

Para tanto, metodologicamente, utilizou-se o método dedutivo de pesquisa, partindo de questões gerais para questões específicas, sendo realizado levantamento teórico bibliográfico através de literatura acerca dos postulados que tratam da migração, do desenvolvimento econômico e transnacionalismo no território amazônico.

2. AMAZÔNIA COMO ESPAÇO FRONTEIRIÇO

Os processos migratórios vêm se destacando como campo privilegiado de pesquisa, acompanhando os avanços teóricos e metodológicos da história, que, a partir de meados do século XX, propiciaram o deslocamento do foco para o social, o mental, o cultural e o afetivo, incluídos novos confortos do político, do demográfico e do econômico (Reznik, 2020). Assim, Oliveira (2005), ressalta que, a mobilidade humana, se destacou como um fator preponderante no decorrer do século XX, e continua se apresentando como um dos grandes desafios no início do novo milênio.

Em termos relativos, o início do século passado teve um contingente maior de migração internacional, porém, havia uma outra conjuntura demográfica mundial e os deslocamentos visavam uma alocação mais imediata em outros continentes, como o que ocorreu com a migração de europeus para o continente americano. Cerca de 10% da população mundial, migra para se salvar dos pavores econômicos e de suas consequências, e o desemprego em massa e pauperização tornaram-se condição estrutural do mundo contemporâneo (Oliveira, 2005).

Em breves palavras Oliveira (2005), discorre que, a discussão sobre o problema da migração só entra no debate das políticas nacionais localizadas a partir das fronteiras, ou seja, quando o migrante passa a ser um problema para o país receptor. Entretanto, omite-se, que é justamente o sistema migratório, que favorece o crescimento econômico dos países ricos, que empobrece os países pobres de onde partem os migrantes.

Pouco se fala de políticas migratórias no panorama internacional a não ser quando se refere à segurança de fronteiras. As políticas de migração são marcadas fundamentalmente pela necessidade de mão de obra barata (Oliveira, 2005). A definição de um espaço e de um tempo específico é

fundamental para caracterizar os tipos de fluxos migratórios, assim como, para identificar as diferentes etapas do processo migratório, conforme afirmam Carmo e Jacob (2009).

Naquilo que diz respeito especificamente as migrações internacionais, a questão ainda é bem mais complexa, de forma que elas envolvem assuntos como sub numeração de população, em decorrência da falta de declaração das pessoas que residem na situação de indocumentados, além de pertencer do movimento entre países, o que dificulta a identificação dos migrantes (Carmo; Jacob, 2009). A importância do feito migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente em nível local) do que no volume de migrantes envolvidos em deslocamentos populacionais (Patarra; Baeninger, 2006).

Pode-se afirmar que, os deslocamentos internacionais vêm se caracterizando pelo desenvolvimento e constituição de sociedades em redes. A evolução dos transportes aumentou o volume e os movimentos desses deslocamentos e trouxe à tona a porosidade das fronteiras nacionais, étnico-culturais e identitárias, uma vez que nos terrenos das trocas materiais e simbólicas se confrontam indivíduos e culturas diferentes (Moreira; Aragón, 2010).

Carmo e Jacob (2009), sintetizam que, nas últimas décadas do século XX, os fluxos migratórios ocorreram principalmente dos países menos desenvolvidos para os países mais desenvolvidos, as demandas por mão de obra nos países do hemisfério norte, que especificamente na Europa derivaram de um processo de envelhecimento populacional decorrente da transição demográfica, alimentaram os fluxos migratórios, porém, a sucessão de crises econômicas e as dificuldades em termos de manutenção e geração de novos postos de trabalho têm alimentado as situações de conflito e de xenofobia.

A internacionalização das migrações tornou-se um fenômeno de relevância mundial tanto para os países de destino como de origem ou de trânsito, o que requer uma melhor gestão e não somente medidas de controle, conforme bem explica Aragón (2009). Rigotti *et al* (2022), elucida que, no final do século XIX, praticamente um quarto do crescimento demográfico do Brasil

resultava das migrações internacionais, mas estas tornaram-se pouco relevantes ao final da Segunda Guerra Mundial.

Os autores acima frisam que no início da transição demográfica, a queda da mortalidade determinava o crescimento natural da população dos anos 1930-1940 até meados da década de 1960, quando teve início a redução da fecundidade. Assim, a longo prazo, esta dinâmica determina o crescimento demográfico, mas este também é reflexo da redistribuição espacial da população no território nacional, e nesse contexto, não apenas o desenvolvimento dos setores industrial e de serviços nas áreas urbanas adquirem papel de destaque, mas também a expansão das fronteiras agrícolas.

Oliveira (2005), levanta argumentos de que, a América Latina tem se destacado como um dos maiores palcos de emigração rumo à América do Norte, Europa e Ásia nas últimas décadas. O debate desta temática tem ganhado espaço nas discussões de ordem institucional e nas instâncias não-governamentais. No entanto, muito pouco tem sido feito para a operacionalização de políticas migratórias que contemplem, tanto o fluxo de emigração internacional, quanto o movimento das migrações internas.

Nesse sentido, Rigotti *et al.*, (2022), reiteram a ideia de que, a ocupação destas áreas, e especialmente da Amazônia, só pode ser compreendida a partir de uma análise das migrações internas.

A Amazônia, em sua dimensão continental, abrigando caudalosos rios e exuberante floresta, passou a alimentar a cobiça dos estrangeiros (Xavier, 2012), de forma que, esses migrantes se distribuíam em diversas atividades econômicas, a exemplo dos ingleses que se destacaram na construção de portos, produção de energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, no comércio e no setor de concessão de crédito, onde tinham a concorrência entre os norte-americanos e dos franceses; os judeus, os africanos do norte e espanhóis se voltaram principalmente para as atividades de escritório e contabilidade; e os portugueses se encontravam em maior número nas atividades comerciais (Staevie, 2018).

Staevie (2018), argumenta ainda que, os imigrantes sírio-libaneses foram pioneiros como industriais na região, é o caso da *Indústria de Pneumáticos do Pará*, dos irmãos Bitar, de origem libanesa, fundada em 1897. As empresas criadas por libaneses eram de diferentes setores, como

perfumaria, pneus e borracha, tinturas para cabelos, sabão, alimentos, ferragens, velas, papel e celulose, móveis etc. Destacando-se ainda as empresas de beneficiamento de castanha, inclusive no interior.

Esses migrantes também atuavam como trabalhadores no comércio e na indústria nascente, apoiados por uma já existente rede social que os ajudou na inserção no mercado de trabalho urbano local. Muitos atuavam como jornalistas, advogados, economistas, administradores de empresas, engenheiros, dentistas, médicos, professores, escritores e músicos. Quanto aos italianos, a motivação principal do deslocamento para a Amazônia foi a busca pelas riquezas decorrentes da exploração da borracha (Staeve, 2018).

O autor sustenta que, embora o número de imigrantes que se dirigiram para a Amazônia seja menos expressivo se comparado com os que foram para o Sul e Sudeste do Brasil, evidências empíricas permitem agrupar os imigrantes em dois grandes segmentos: (i) os que foram para as colônias agrícolas, através de imigração subsidiada; e (ii) os que se dirigiram para as cidades de forma espontânea. Assim, a migração dos dois segmentos ocorreu simultaneamente, entretanto, diferenciadas quanto às razões norteadoras do movimento migratório, à composição social, à origem regional e às áreas de destino dentro da Amazônia.

Ainda que não nas mesmas proporções de outras regiões do país, a Amazônia brasileira recebeu importante leva de imigrantes estrangeiros que se direcionou para os campos e cidades, ajudando a conformar um mercado de trabalho, sobretudo urbano, na região (Staeve, 2018).

Imperativo dizer que, as migrações na região amazônica se distribuíram desigualmente, Rigotti *et al* (2022), aponta que no segundo quinquênio dos anos de 1980, as áreas de colonização mais antiga, desmatada e não florestal, tiveram ganhos líquidos de população, mas foi a região sob pressão de ocupação mais recente, que obteve o maior saldo positivo, e a região florestal foi a única a apresentar saldo negativo no período.

Os autores pontuam que uma década depois, houve uma importante inflexão nas migrações, e a Amazônia foi perdedora líquida de população. As regiões de colonização mais antigas foram as maiores responsáveis por esta alteração. Apenas a região sob pressão (região desmatada) continuou com saldo positivo, ainda que inferior ao do período anterior.

Rigotti *et al* (2022) discorrem que entre os anos 2000 e 2010, a perda populacional prosseguiu na região, e as taxas de crescimento da Amazônia acompanharam o movimento de diminuição do país, ficando em torno de 1,9%, (ainda superior à média brasileira, próxima a 1,2% ao ano). Algumas tendências puderam ser observadas com mais clareza, e as regiões florestais não apenas prosseguiram com os saldos negativos, mas também experimentaram uma intensificação de suas perdas líquidas populacionais.

A região sob pressão fez jus à sua denominação, e continuou como a maior responsável pelos ganhos populacionais da Amazônia Legal. Apesar da identificação destas tendências na escala regional, os processos de ocupação e urbanização foram diferenciados no vasto território da região. Consequentemente, o padrão migratório mais geral esconde as especificidades que dão forma e estruturam o nível local (Rigotti *et al*, 2022).

Deve-se destacar que, em 2010 a Amazônia possuía uma população de 25.474.365 pessoas. Destes, 2.094.017 eram migrantes brasileiros, 9.853 eram estrangeiros, e 323.810 migrantes com menos de 5 anos de idade. Já os não migrantes do período foram contabilizados 20.935.610 com 5 anos ou mais de idade, e 2.110.671 os não migrantes menores de 5 anos de idade (Jakob, 2015).

Aragón (2009) sustenta que na Amazônia, a maioria de migrantes são originários dos próprios países amazônicos, a migração ilegal é frequente, e a migração transfronteiriça ocorre ao longo da fronteira do Brasil, mas também nas fronteiras dos demais países. Ademais, os países amazônicos estão passando por um período de intensa emigração internacional principalmente para países desenvolvidos.

Oliveira (2005), faz uma interessante abordagem ao dizer que, mesmo na fronteira, a presença incômoda do novo, do estranho, do diferente, enfim, do migrante, sempre é acompanhada de reações contrárias por parte daqueles que não admitem sua ação ou intervenção, e nesse sentido, não se pode falar de migração sem também considerar todas as formas de rejeição porque passam as pessoas nessa situação, que envolvem dois problemas fundamentais: a xenofobia e a ausência de políticas internacionais de migração

Quanto a Amazônia brasileira, os migrantes originários dos países amazônicos têm se distribuído na região de forma diferenciada, e as razões para essa diferenciação são diversas. Os estudos sobre o assunto apontam como mais importantes fatores o caráter fronteiriço com cada país, e as relações econômicas (Lira, 2010). O Estado Brasileiro apresenta várias limitações no que tange a uma política de migração que lhe permita o “princípio da reciprocidade”, coerente com as exigências que apresenta ao trato de brasileiros no exterior (Oliveira, 2005).

Por derradeiro, ao se falar de migração entre os países amazônicos Moreira e Aragón (2010) destacam que, os deslocamentos entre países fronteiriços se inserem no conjunto de processos de mobilidade humana em nível regional e internacional, caracterizando-se por ser um deslocamento que normalmente ocorre entre os municípios localizados ao longo da fronteira.

3. TRANSNACIONALISMO E GLOBALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

A crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam para sua diversidade, significados e implicações (Patarra; Baeninger, 2006). Vale destacar que, no campo dos estudos migratórios, apesar da variedade de ideias e autores, é consenso que há elementos comuns para definir o transnacionalismo como fluxos e relações dos migrantes entre os lugares de emigração e imigração; participação dos migrantes na esfera política, econômica e social entre os lugares de deslocamentos, e o envio de remessas pelos migrantes aos seus locais de origem e pertencer a uma rede social migratória fazem parte das variáveis necessárias para o transnacionalismo migratório (Santos; Fernandes, 2018).

Patarra e Baeninger (2006, p. 1) têm a compreensão de que:

As novas modalidades migratórias demandaram, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, sendo que a incorporação de novas dimensões explicativas se torna imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista. É imprescindível que se considere, hoje, o

contexto de luta e os compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes; é preciso reconhecer o novo, difícil e conflituoso papel dos Estados Nacionais e das políticas sociais em relação aos processos internacionais e internos de distribuição da população no espaço, cada vez mais desigual e excludente; há que se tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local; enfim, há que se considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.

Na visão das autoras, no contexto que se encontra o processo global, os processos migratórios necessitam ser repensados para efetivo cumprimento dos Direitos Humanos da população migrante, dada a sua vulnerabilidade ao ingressar nos territórios receptores.

Migrações transnacionais e os assuntos constitucionais, assim como políticos, sugeridos pelo *movimiento de las gentes* através das fronteiras dos Estados, são centrais para as relações interestatais e, portanto, para uma teoria normativa de justiça global. Partindo dessa ideia, para a autora Seyla Benhabib, as migrações transnacionais destacam o dilema constitutivo no coração das democracias liberais, formado pelas afirmações da autodeterminação soberana por um lado e pela adesão aos princípios universais dos direitos humanos por outro (Martins, 2021).

Com a globalização e a diluição das barreiras físicas, o número de relações jurídicas plurilocalizadas aumentou, exigindo cada vez mais soluções do direito internacional privado. O aumento dessas relações jurídicas plurilocalizadas tornou visível os problemas existentes na teoria do direito internacional privado clássico, demonstrando a fragilidade que as normas, até então previstas, possuíam. O reflexo direto da globalização é o número crescente de relações jurídicas internacionais, que possuem conexão internacional e que exigem cada vez maior incidência da disciplina (Jorge, 2022).

Antecedendo o conceito de globalização frente ao direito internacional Borges, *et al*, (2015), trazem a compreensão do significado do fenômeno globalização, segundo os autores, o acontecimento da globalização trata-se de um processo de integração com o objetivo de mundializar, dividir informações, culturas, interagir de forma a trazer benefícios e agregar valores estreitando as relações universais.

Nesse sentido, é importante evidenciar que o caráter econômico de globalização não é o único vetor desse sistema, existem outras formas de integração entre os povos, separados em Institucionalismo Liberal que analisa os resultados das aproximações e o Neoliberalismo que pacífica as relações e atua no cenário de julgamento das alianças. Contudo, atualmente, a figura econômica tem sido este dominante desbravador de fronteiras (Borges *et al*, 2015).

Os mesmos sustentam que, a figura do Estado como operador de pactos e acordos econômicos internacionais é um facilitador de interesses próprios, ainda que represente a figura soberana, é o único capaz de “abrir as portas” e negociar à medida que se fortifica a exportação e importação, fazendo com que os países intensifiquem produção e busque a comercialização e vantagens econômicas, acelerando o crescimento mundial. Tal medida é resultado da globalização.

Enquanto as brutais desigualdades mundiais se mantiveram, as regiões e os países menos favorecidos continuarão sendo fornecedores de mão de obra para o mundo desenvolvido independentemente das barreiras impostas. Daí a explosão migratória do Sul para o Norte (Aragón, 2009).

Patarra e Baeninger (2006, p. 99) trazem uma interessante visão sobre o papel das fronteiras transnacionais e a globalização, vejamos:

o que chamamos de fronteiras transnacionais, vão constituindo pontos particularmente vulneráveis aos efeitos perversos da globalização e dos acordos comerciais sobre as condições de vida de grupos sociais envolvidos. Onde anteriormente observava-se a extensão de questões agrárias não resolvidas, hoje observa-se uma crescente vulnerabilidade, com maior insegurança em face dos efeitos paralelos das rotas do narcotráfico, do contrabando e dos procedimentos ilícitos de lavagem de dinheiro e outras modalidades de corrupção que aí encontram seu nicho de ação.

O argumento das autoras tem sido objeto de discussão entre os Estados envolvidos, que têm visto com preocupação as inseguranças geradas para as regiões transfronteiriças.

A globalização levou o conceito da Amazônia além-fronteiras convertendo-a numa marca ou representação simbólica (Aragón, 2017), e o conjunto de políticas públicas propostas através dos discursos de segurança, desenvolvimento e integração nacional, bem articulado, buscam a inserção da

Amazônia no contexto econômico globalizado e lhe imprimem os primeiros contornos territoriais para o que hoje temos materializado como um espaço geográfico de extremas diversidades econômicas, ecológicas, sociais e culturais (Lima; Oliveira; Alves, 2009).

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA E OS REFLEXOS MIGRATÓRIOS

Para se entender o desenvolvimento econômico na Amazônia é necessário compreender inicialmente a organização espacial da região, em especial, durante as últimas quatro décadas do século XX. Nesse sentido, é fundamental a compreensão dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs).

Segundo Nahum (2019) os PDAs condensam as ações políticas que buscam à integrar ao modelo de crescimento econômico, sempre enfatizando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro. Assim, a partir desses planos de desenvolvimento inicia-se um movimento de reordenação socioeconômico e territorial na região amazônica que irá convergir com a migração.

Para o autor acima, dentre os principais Planos de Desenvolvimento da Amazônia, se destacam os planos focados na fronteira agrícola, 1º PDA de 1972-1975, na fronteira agropecuária e mineral, 2º PDA de 1975-1979, e na fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável, o 3º PDA de 1992-1995 e 4º PDA de 1994-1997. Todos os Planos de Desenvolvimento mencionados tinham algo em comum, buscavam reinventar a região, com o foco em integrar, ocupar, valorizar em relação ao restante do país e tornar a região desenvolvida economicamente.

A despeito dos Planos para o Desenvolvimento da Amazonia buscarem a integralização, eles são precários no que diz respeito às especificidades do espaço social amazônico. Vale destacar que, uma observação atenta e minuciosa sobre a historicidade do desenvolvimento econômico da região, que se encontra embutido no processo nacional e global, pode explanar o motivo que transformou as comunidades amazônicas em populações excluídas do aparato das políticas públicas até os dias atuais, tendo em vista que, de um

lado, ocorreu uma integração nacional que não considerou efetivamente a biodiversidade e as especificidades do espaço social amazônico, e, de outro, sucedeu a atração para o capital, na medida em que as riquezas contidas em seu solo representam matérias primas a serem exploradas para servirem aos processos. Desse modo, a Amazônia ganhou destaque multi-escala, constituindo-se cada vez mais em uma “fronteira-mundi” (Redon; Ferreira; Lima, 2020).

Cano (2007), argumenta que, antes de 1930 as regiões brasileiras representavam áreas de exportação que mantinham conexão majoritária com o mercado internacional, mantendo baixa relação entre si. Na ocasião da Crise de 1929, o processo de exportação acabou sendo afetado e efetivamente reduzido gerando perdas econômicas grandes para a região, assim obrigando o país a implementar estratégias de reestruturação da economia por meio da integração do mercado nacional.

A natureza é considerada recurso, fonte de matéria-prima. Mas qual o papel deste enunciado na representação discursiva de região amazônica nos PDAs? Nos enunciados dos PDAs, a natureza é representada como estoque de recursos a serem utilizados por agentes ligados a vários setores da sociedade civil e política. Desse modo, é preciso conhecer para utilizar, por isso projetos de levantamento aerofotogramétricos, cartográficos, pedológicos, minerais, dentre outros, foram financiados e criados (Nahum, 2019).

Importante dizer que, segundo o PDA (1972-1974) a região amazônica era vista como um espaço aberto e propenso a expansão de um mercado interno. Com isso, a conquista planejada dos espaços vazios iria expandir a fronteira econômica com a integração ao sudeste brasileiro. Contudo, a efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação efetiva e racional dos espaços vazios e *pari pasu*, uma reformulação progressiva dos setores produtivos (Sudam, 1971).

No III PDA (1980-1985) *“do ponto de vista espacial cabe destacar que a Amazônia ainda apresenta hoje como característica predominante, um imenso vazio demográfico”* (Sudam, 1982, p. 16). Então, dentro dos planos de desenvolvimento discutidos a ideia de que a região amazônica era um grande vazio pronto para ser explorado não levava em consideração que o território

era ocupado por caboclos, indígenas e sociedades locais, segundo Becker (1990).

De acordo com o autor, com a baixa densidade da região, começaram a investir estrategicamente na construção de rodovias transamazônicas, como Cuibá-Santarém e a Perimetral Norte que acabou criando acessibilidade a qualquer ponto do território amazônico e facilitou a migração de colonos entre as regiões do Brasil, ademais, os projetos agrários foram desenvolvidos ao longo das rodovias, onde cidades foram fundadas e assim cresceu a exploração dos recursos naturais como o minério, madeira e gado.

Redon, Ferreira e Lima (2020), discorrem que, a estratégia de ocupação criou de fato o espaço amazônico brasileiro em termos capitalistas, a partir de um processo de expansão geográfica para a criação de novas oportunidades para a acumulação de capita, nesse sentido, Harvey (2001, p. 52) conclui que:

A expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”. O que necessariamente tem que ser feito pela via da organização espacial, com a instalação de um sistema de comunicação mais rápido que estabeleça continuidade onde não há, e pela localização racional das atividades em concentrações de homens e capital.

Partindo desse ponto de vista, Becker (2001) conceitua que, a expansão geográfica na Amazônia brasileira se materializou na urbanização capitalista industrial que transformou as distancias relativas entre os centros produtivos e os mercados dos consumidores. E menciona-se a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) como sendo muito importante para a manutenção do investimento em transporte, comunicação e energia, além de fomentar o desenvolvimento agrícola e na industrialização de matérias-primas.

Frisa-se que, a integração da Amazônia ocorreu especialmente no período auge da ditadura militar, pós 1964, no qual o discurso amplamente divulgado tinha como máxima que a Amazônia era um vazio demográfico e era “uma terra sem homens” e que era necessário que “homens sem terras” a ocupassem, esse discurso tinha como pano de fundo transformar a Amazônia em área estratégica para o governo militar, além de ampliar os eixos de integração, justificativas para a implantação dos grandes projetos econômicos.

Primeiramente, a integração amazônica foi dinamizada por meio da construção de rodovias, da implementação do acesso aos meios de comunicação como redes de telefonia e canais de televisão, da formação de uma rede urbana e de infraestrutura de energia elétrica (Redon; Ferreira; Lima, 2020)

Dentro deste contexto, após a fundação da SPVEA que tinha como objetivo a integração amazônica com o restante do país, acabou sendo descontinuada e substituída em 1966 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), bem como o Banco da Amazônia (BASA), que tinham como objetivos aplicar recursos na região amazônica e trazia como diferencial a implementação de incentivos fiscais.

Com o aumento do fluxo migratório, a região passou a ser considerada uma terra de oportunidades de negócios, sendo assim, a SUDAM e o BASA analisavam viabilidade de negócios para empresas que tivessem interesse em expandir e investir na Amazônia Legal. Fato interessante sobre o fluxo migratório é que a maioria das empresas analisadas e subsidiadas na época era oriunda do Sul do Brasil e começaram a ver movimentos para ocupação de empresas estrangeiras. Dessa forma, a partir das políticas implementadas no ano referido e de um projeto geopolítico, voltado para modernização da sociedade e dos territórios, o planejamento para a Amazônia passa a ser mais evidente (Becker, 2005).

Segundo Mahar (1978) com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e com o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), fundados nos anos 70, a Sudam acabou sofrendo uma grande redução em sua autonomia e capacidade de executar e cumprir projetos já aprovados, assim como a aprovação de novos, já que os programas referidos tinham como característica principal a redução dos créditos rurais, os quais colaboravam para os custos das atividades.

Não se pode deixar que dizer que, com o enfraquecimento da SUDAM e por desequilíbrios de oferta e demanda, foi criado o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) em 1974 para constituir novos incentivos para empresas privadas, mas não durou muito tempo, já que no ano de 1975 acabou sendo extinto.

Segundo Mahar (1978) até o ano de 1976 houve mais de 800 projetos ligados à pecuária e indústria aprovados, e alguns permaneceram e outros acabaram sendo extintos, mas o fato era que a região acabava atraindo mais e mais pessoas para ocupar os então espaços vazios abordados da maioria dos PNAs. Cita-se como exemplos de planos bem-sucedidos o Programa Grande Carajás para a exploração do mineral de manganês e ferro, os projetos do rio Trombetas, de bauxita, o polo de produção de alumínio metálico em Barcarena (Vila do Conde) e da Zona Franca de Manaus, ou Polo Industrial de Manaus, o qual é administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, e tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento na região e reduzir as desigualdades regionais até os dias atuais. (Walker *et al.*, 2009).

As intervenções na Amazônia sempre foram regidas por orientações econômicas e externas a região, produzidas por grupos econômicos nacionais e estrangeiros que se sobrepõem as realidades vivenciadas na região amazônica, entretanto, “hoje, a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores” (Becker, 2005, p. 82).

Ainda permanecem implantações de projetos econômicos voltados para integrar economicamente a Amazônia, que desconsideram os processos de ocupação e os seus habitantes, enquanto os incentivos econômicos transformaram as cidades, promovendo o aprofundamento de graves mazelas sociais. Esta relação contraditória se materializa no espaço, e é consolidada pelas relações de poder e se espraiam pelo território, a partir da compreensão que ele incorpora as relações mediadas pelos conflitos entre o capital e o trabalho, e irá refletir nas cidades amazônicas, como por exemplo as disputas pela terra, disparidades no acesso as políticas públicas e na ampliação da reprodução das desigualdades sociais (Redon; Ferreira; Lima, 2020).

Segundo os autores acima, quando as grandes corporações integram regiões pela escala global, a dominação local é condenada e substituída pela nacional/mundial. Isso decorre do nivelamento homogêneo de condições de valorização para que o capital se reproduza. Assim, os espaços são recriados pelo capital que reserva espaços privilegiados para acúmulo de riquezas. Enquanto o Estado não se posicionar a favor da população, não haverá justiça

social capaz de proporcionar melhorias à vida da população amazônica (Michelotti, 2019).

Os planos foram elaborados e implementados observando apenas a perspectiva do crescimento econômico e a ocupação dos espaços por migrantes foi uma consequência programada e efetivamente alcançada. Contudo, há que se manifestar que o aspecto social que envolveu a ocupação e como os povos tradicionais iriam sobreviver neste contexto jamais foi questionado pelos planos.

Pode-se dizer que as desigualdades não foram diminuídas e nem foram homogeneizadas as estruturas produtivas. Há subespaços dinâmicos e de resistência em decorrência das particularidades da região, como circulação viária, tecnologia, mão de obra qualificada que ainda representam dificuldade na circulação de capital na região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica é representada ao longo do planejamento de integração nacional como uma fronteira, passando pela fase de ocupação até chegarmos ao que temos atualmente, uma sociedade rural/urbana complexa. O crescimento econômico da região é resultado dos diversos planos de integração da região ao restante do país, onde ondas migratórias foram fundamentais para ocupação dos espaços amazônicos pelos próprios brasileiros de outras regiões, mas também pela ocupação por imigrantes estrangeiros, ambos dispostos a investir e capitalizar a região.

Com a promoção da estrutura capitalista, houve perdas nas estruturas produtivas dos povos tradicionais para instaurar o modelo de produção moderno. É possível compreender que nenhum dos planos de desenvolvimento criados para a integralização da região amazônica para com o restante do país buscaram abraçar os povos e populações tradicionais da região. O discurso era sempre de ocupar desenfreadamente o espaço considerado vazio.

A estruturação da fronteira desenvolvida pela integração econômica transformou o território da região amazônica, onde criou-se uma rede urbana conectada que facilitam as atividades extrativistas. Acarretando o crescimento

urbano, consolidando novas cidades e novos espaços para a expansão fronteiriças.

Compreende-se que a criação de espaços transnacionais pode ser um caminho para possibilitar diálogos entre os povos em prol da região Amazônica, onde compreende-se o interesse de cada nação, mas respeitando a soberania de cada povo em prol da construção de melhorias conjuntas.

Salienta-se que o crescimento resultante da integração econômica com as demais regiões do Brasil não criou igualdade e muito menos homogeneizou as estruturas produtivas entre as diferentes regiões do país. Ainda há dificuldades que precisam ser superadas para que possamos falar na redução efetiva das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luís E. (Org.) **Migração Internacional na Pan-Amazônica**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. E-Book.

BORGES et al. **SOBERANIA NO DIREITO INTERNACIONAL**, 2015. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/SOBERANIA%20NO%20DIREITO%20INTERNACIONAL.PDF>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARMO, Roberto Luiz do; JACOB, A migração estrangeira recente na Amazônia Legal Brasileira. In: ARAGÓN, Luís E. (Org.) **Migração Internacional na Pan-Amazônica**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. E-Book

JORGE, Mariana Sebalhos. **O PRINCÍPIO DA PROXIMIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS**. Belo Horizonte. Arraes Editores, 2022.

LIMA, W. Teles; OLIVEIRA, A. M. Libório; ALVES, C. O. Sammya. **GLOBALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: QUESTÕES E IMPLICAÇÕES SOBRE A TERRITORIALIDADE**, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/tarci/Downloads/Dialnet-GlobalizacaoNaAmazoniaQuestoesEImplicacoesSobreAEr-3269949.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LIRA, Jonatha Rodrigo de Oliveira. **A ESPACIALIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DIFERENTES PROCESSOS, DIFERENTES SIGNIFICADOS**, 2010. Disponível em: <http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/714-130.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MARTINS, Amanda Rossini. **Direito Internacional dos Refugiados e o conceito de Safe Third Country**. Editora Meraki. 2021. Edição do Kindle.

MOREIRA, Kellem Cristina Prestes; ARAGÓN, Luis Eduardo. **ANÁLISE DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA BOLIVIANA**, 2010. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2373/2326>. Acesso em: 17 jun. 2023.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. **Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras**, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZxtHcxQZWcBJCMnKk3Thmgq/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

REZNIK, Luís. **História da Imigração no Brasil**. FGV Editora, 2020. Edição do Kindle.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **A MOBILIDADE HUMANA NA TRÍPLICE FRONTEIRA – Peru – Colômbia – Brasil e seus reflexos na cidade de Manaus-AM**, 2005. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/a-mobilidade-humana-na-triplice-fronteira-peru-colombia-brasil-e-seus-reflexos-na-cidade-de-manaus-am/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

XAVIER, Fernando César Costa. **MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: IMPACTOS NA POLÍTICA MIGRATÓRIA E NA POLÍTICA EXTERNA**, 2012. Tese de doutorado. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10739/1/2012_Fernando%20Cesar%20Costa%20Xavier.pdf. Acesso em 06 jun. 2023.